

O TERRAMOTO
COMO
METÁFORA:
O GRANDE
TERRAMOTO
DE LISBOA E
O PRENÚNCIO
DO SISMO
JESUÍTICO NA
ÉPOCA DA
LUZES

JOSÉ EDUARDO
FRANCO

As crises graves, quer sejam provocadas por fenómenos naturais, quer sejam suscitadas por convulsões sociais, têm sido usadas historicamente como pretexto para tornar públicas leituras críticas de sectores de oposição a grupos étnicos e institucionais específicos, mas também a poderes, a políticas ou a situações vigentes que são objeto de insatisfação. Tornam-se oportunidades para manifestar descontentamento e encontrar causalidades explicativas para os males que acontecem às comunidades políticas. O clima de fragilidade da existência comunitária provocado pelas hecatombes dá mais força e aparente legitimidade aos fabricantes de opinião pública, excitando o sentimento de desapontamento perante polos de poder e de influência que se queiram combater. Assim aconteceu com os fenómenos da peste negra na Idade Média, como com as epidemias, secas e fomes, ou ainda com o sismo de Lisboa¹ que precedeu o do século XVIII, ou seja, o sismo de 1532.

O terramoto² que devastou Lisboa³ no dia 1 de novembro de 1755, que se tornaria um dos marcos importantes de afirmação do ministério pombalino, em virtude da sua política enérgica de restauração da capital portuguesa, não deixou de ser aproveitado como um sugestivo pretexto para os pregadores jesuítas (e outros formadores da opinião pública) criticarem os caminhos políticos que vinham sendo trilhados pela corte nos últimos cinco anos. Ao lado das versões oficiais das

1 O terramoto de Lisboa tem sido objeto de diversos estudos a nível nacional e internacional. Podemos a título de exemplo referir aqui alguns: Helena Carvalhão Buescu (Coord.), *O Grande Terramoto de Lisboa: Ficar diferente* (Lisboa: Gradiva, 2005); Theodore E. D. Braun e John B. Radner (Eds.), *The Lisbon Earthquake of 1755: Representations and Reactions* (Michigan: Voltaire Foundation, 2005); Andrew Ginger, “The ‘Enlightenment’, the Longue Durée and Catholic Visions of the Lisbon Disaster: Spain 1755-1756”. In: *Dieciocho: Journal of the Spanish Enlightenment*, v. 32, n. 2, (2015), pp. 173-96.

2 Sobre os fenómenos sísmicos na época em apreço ver, entre outros, os seguintes estudos: Grégory Quenet, *Les Tremblements de terre aux XVIIe et XVIIIe siècles: La naissance d'un risque* (Seysssel: Champ Vallon, 2005); Marie-Hélène Huet, *The Culture of Disaster* (Chicago: The University of Chicago Press, 2012).

3 O terramoto de Lisboa foi alvo de imensas especulações não só no plano da determinação das causas, mas também no da avaliação dos estragos. Por exemplo, quanto ao número de vítimas propalou-se tanto em Portugal como no estrangeiro que os mortos teriam atingido cifras mais elevadas do que na realidade aconteceu. Publicitou-se que teriam morrido entre 30 a 50 mil pessoas. Todavia os estudiosos mais credíveis calcularam uma cifra que não ultrapassa os 10 mil mortos. O exagero dos números calculados no momento ampliou a catástrofe e empolgou o drama e os medos escatológicos que os profetas da desgraça quiseram associar à proximidade do fim do mundo. Cf. Isabel Maria Barreira de Campos, *O grande terramoto (1755)*, s.l., (1998), pp. 621-5.

causas do terramoto (que o governo se preocupou em divulgar), as quais perfilhavam uma explicação mais de acordo com o racionalismo iluminista que entendia o sismo como fenómeno natural que ocorria periodicamente, atenuando a explicação providencialista do fenómeno, circulavam também as muitas interpretações religiosas e moralistas que descortinavam causas de índole sobrenatural de sabor por vezes apocalípticas e de prospectivação milenarista. Diversos textos explicativos do fenómeno sísmico de 1755 vieram a lume para satisfazer inquietações, serenar pânicos, outros para excitar ainda mais os temores e incomodar as consciências. Uns aproveitaram o terramoto para fazer propaganda religiosa e apelar à conversão, outros para produzir análises científicas, outros ainda para fazerem elucubrações escatológicas e astrológicas, fornecendo explicações com base na análise de conjugações astrais. E, nesta variedade de produção de sentido, houve tanto quem aproveitasse para criticar o Estado, como para atacar a Igreja ou para fustigar os costumes sociais.⁴ Estas ilações, muito propaladas por via dos púlpitos e das exortações homiléticas dos pregadores, apelavam à penitência e à conversão, faziam do terramoto a manifestação palpável do *dies irae*, isto é, da cólera do Senhor contra os pecados do reino.

Um dos opúsculos mais significativos desta corrente interpretativa, e que mais impressão deixou na opinião pública, foi o *Juízo da verdadeira causa do terramoto*. Neste texto, o seu autor, o prestigiado jesuíta Gabriel Malagrida, que tinha trabalhado no Brasil como missionário durante trinta anos e que, naquele momento, se dedicava em Lisboa a

4 Entre as diversas publicações feitas em Portugal e pela Europa afora podemos lembrar aqui algumas a título de exemplo: Joseph Alvarez da Silva, *Investigação das causas proximas do terramoto, sucedido em Lisboa no ano de 1755* (Lisboa, 1756); e frei Francisco António de São Joseph, *Discurso moral sobre os tremores que causou o terramoto na gente de Lisboa* (Lisboa, 1756). Importa aqui destacar o caso de Cavaleiro de Oliveira que aparece como uma voz peculiar e dissonante no quadro das interpretações católicas do terramoto de Lisboa. Este estrangeirado português, residente em Inglaterra e convertido ao protestantismo, à luz de um anticatolicismo e de um antijesuítismo típico de um protestante nesta época, vê na origem do despoletar desta catástrofe o transbordar da ira divina. Disserta que foi o “Deus das vinganças” que operou o castigo sísmico para punir o irrefreável ultraje das reincidentes perversidades dos homens. A influência iconoclasta protestante assumida pelo autor levava-o a identificar a perversidade que alastrava em Portugal na adoração considerada idolátrica das imagens dos santos e da Virgem, no espírito mesquinho dos eclesiásticos que interditavam a leitura da Bíblia, nas práticas desumanas do Tribunal da Inquisição que perseguia injustamente os judeus. Para o autor, esta atmosfera religiosa idolátrica e corrompida é que enfraquecia a verdadeira devoção religiosa que garantia aos povos a proteção contra o aparecimento de fenómenos devastadores como era o caso dos terramotos. Cf. Cavaleiro Oliveyra, *Discours pathétique au sujet des calamités presentes arrivées au Portugal (...)* (Londres, 1756); e ver também Id., *Tratado do princípio, progresso, duração e reino do Reynado do Anti-Cristo, oferecido à nação portuguesa (...)* (Londres, 1768). Este intelectual português chegou mesmo a aconselhar o governo português a criar uma Igreja nacional cismática à semelhança da Igreja Anglicana. Sobre esta figura ver o estudo de António Gonçalves Rodrigues, *O protestante lusitano. Estudo biográfico e crítico sobre Cavaleiro de Oliveira (1702-1783)* (Lisboa, 1950).

ministrar exercícios espirituais especialmente a membros da nobreza,⁵ aproveitou para retirar ilações de carácter político-moral do fenómeno sísmico. Neste opúsculo, publicado no ano a seguir à catástrofe que destruiu a capital portuguesa, Malagrida sintetiza o conteúdo de diversos pronunciamentos públicos de diversos pregadores, nomeadamente jesuítas, sobre o sentido cristão do terramoto.⁶

Mas o seu texto tem para nós especial interesse, na medida em que deixa passar uma crítica indireta ao novo estilo de governação que se vinha afirmando sob a égide de Pombal. O jesuíta italiano desmente as explicações racionalistas dadas pelos intelectuais da elite cultural iluminista coniventes com o ideário do governo vigente,⁷ propondo, ao invés, uma explicação de carácter teológico. Nesta esteira, advoga que aquele terrível acontecimento que transformou Lisboa num inferno de ruínas e de fogo teve uma causalidade sobrenatural: um castigo de Deus para punir o modo de proceder dos agentes da política seguida pela corte portuguesa. A ruína material da capital do reino era a expressão mais profunda de uma ruína moral que caracterizava as ações malevolentes de alguns dos seus mais responsáveis membros. A averiguação das causas deste mal é dada como um alto serviço à nação:

Se maior serviço se pode fazer a um cidadão fiel à sua Pátria é
descobrir-lhe os inimigos mais pérfidos e perniciosos, que lhe

5 Gabriel Malagrida tinha um projeto de edificação de uma casa em Lisboa vocacionada especificamente para o ministério dos exercícios espirituais, que nunca conseguiu concretizar. Sobre a história deste jesuíta ver Marcus Odilon, *A vida e a obra do Padre Malagrida no Brasil* (João Pessoa, 1990).

6 Cf. Maria Luísa Braga, “Polémica dos terramotos em Portugal”. In: *Cultura-História e Filosofia*, v. 5, 1986, p. 561 e ss.

7 É curioso notar que apesar do governo ter patrocinado a difusão de uma versão oficial do fenómeno sísmico com base em explicações científicas, a corte não deixou de patrocinar paralelamente os cultos religiosos que se intensificaram para atenuar a ira divina, sintonizando com o entendimento da mentalidade ainda dominante acerca do fenómeno que o via como um castigo de Deus para os pecados dos homens, como relata o *Diário dos sucessos de Lisboa*: “Determinaram-se preces por todo o reino para aplacar a Deus justamente irado contra os pecados dos homens. O rei nosso senhor e o Senado fazem votos solenes”. Matias Pereira de Azevedo Pinto (trad.), *Diário dos sucessos de Lisboa, desde o Terramoto até ao extermínio dos Jesuítas*, traduzido do idioma latino, (Lisboa, 1766), p. 17. Elegeu-se também São Francisco de Borja para patrono de Portugal contra os terramotos. Esta escolha de um santo jesuíta para protetor celeste contra os sismos é significativo, pois revela que, nesta altura, os jesuítas ainda detinham grande influência espiritual junto das elites dirigentes, quer políticas, quer religiosas. Cf. “Decreto de D. José, Patriarca de Lisboa, que confirma a eleição de São Francisco de Borja feita pelo Rei D. José I como protector de Portugal contra os terramotos” (ANTT, *Impressos – série preta*, n. 3575⁵⁶); e Amador Patrício de Lisboa, *Memorias das principais providencias, que se derão no Terramoto, que padeceu a corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas, e oferecidas à Magestade Fidelissima de ElRey D. Joseph I, Nosso Senhor* (Lisboa, 1758). E dois anos a seguir ao terramoto foi editada uma tradução portuguesa de uma obra hagiográfica sobre este santo antissísmico pelo Colégio das Artes da Companhia de Jesus: D. Alvaro Cien-Fuegos, *A heroica vida, virtudes, e milagres do grande S. Francisco de Borja, ant^{es} Duque IV de Gandia, e depois III Geral da Companhia de Jesus: Patrono principal contra terramotos neste reino de Portugal, nas conquistas, e dominios*. Trad. de José Ribeiro Neves Coimbra, 1757).

maquinaram ruínas e tragédias mais funestas e deploráveis à sua monarquia; e esta palma certamente nos obriga anelar com todo o empenho a compaixão e dor inexplicável, que me aflige de ver (por causa destes abomináveis contrários) em decadência uma corte tão rica, tão bela, tão florescente, debaixo do suave e pacífico império de um rei pio e fidelíssimo, que podia causar inveja e achar mais com que torne o resplendor e felicidade primeira, todas as vezes que estes fatais opostos da felicidade pública forem abatidos.⁸

A figura do rei propriamente dita nunca é censurada nas críticas dos jesuítas que Malagrida aqui representa. Na verdade, no plano do discurso, os padres da Companhia sempre ilibaram o monarca das responsabilidades das políticas menos agradáveis do seu governo. É visado aqui o estado do reino, a atitude dos executores da sua política e os contrastes sociais que grassavam no país. Feito este diagnóstico crítico, em que desmascara a pobreza do reino por oposição ao luxo da corte e de um punhado de privilegiados, lança uma invetiva que muito irá desgostar o rei e o seu valido:

Sabe, pois, oh Lisboa que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros, os que a trazem ainda tão inquieta e fora da sua natural firmeza não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenómenos, não são contingências e causas naturais, mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados.⁹

Esta fortíssima crítica de tom profético que é desenvolvida e fundamentada à luz da teologia moral, tendo por base os textos proféticos mais incisivos do Antigo Testamento, desfere ataques em várias frentes e deixa passar, ainda que subtilmente, uma censura à atuação, já então de algum modo persecutória, do governo pombalino contra os missionários do Brasil que tinham resistido à aplicação das cláusulas de demarcação das fronteiras e à política regalista começada a manifestar com o processo de secularização dos aldeamentos indígenas. Esta alusão

⁸ Padre Gabriel Malagrida, *Juizo da verdadeira causa do terramoto que padeceu a corte de Lisboa no primeiro de Novembro de 1755*. Lisboa, 1756, p. 1.

⁹ *Ibid.*, p. 3.

torna-se evidente quando Malagrida deplora os impudentes atentados contra a Igreja e a sua missão em Portugal. O tom polémico ganha, assim, sentido antigovernamental e crítico da política regalista em curso, tanto mais que contamina a versão oficial do terramoto, dando como motor da catástrofe a ira divina para vingar a rebeldia dos homens, nomeadamente os ataques contra a sua Igreja.¹⁰

A versão de Malagrida¹¹ sobre o significado do terramoto representava, mais que uma explicação, o encabeçamento de uma clara oposição à política antijesuítica predadora do poder da Igreja, política que começava a ser prosseguida visivelmente pelo governo josefino. Este respeitado missionário brasileiro fez questão de oferecer exemplares do seu opúsculo ao rei, à rainha, às princesas, aos infantes e aos secretários de Estado, incluindo o próprio Carvalho e Melo. O prestígio social de que Gabriel Malagrida gozava em Lisboa dava-lhe um estatuto de formador de opinião que muito preocupava o governo. A ousadia de Malagrida acabará por ser-lhe fatal, fortalecendo ainda mais a convicção crescente de Sebastião José de que os jesuítas constituíam uma séria ameaça, uma força de bloqueio ao seu ideário político, que não bastaria simplesmente calar, mas que seria preciso eliminar.

O secretário de Estado ficou perturbado com este tipo de pregações e com o seu conteúdo incómodo para a posição da Coroa. Por isso, fez sentir ao rei que pregadores como Malagrida só contribuiriam para conturbar a população e infundir terrores e sedições prejudiciais para a boa harmonia

¹⁰ Ibid., p. 3 e ss. O opúsculo de Malagrida foi reimpresso por Camilo Castelo Branco no prefácio que este escritor fez ao livro de Paulo Mury que também traduziu para português: *História de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus* (Lisboa, 1875). Ao tempo, corriam entre o povo vaticínios escatológicos atribuídos a Malagrida e ao chamado profeta de Leiria, que teriam alegadamente previsto o terramoto. Estas profecias foram refutadas num opúsculo de L. S. de F. S., *Refutaçam de alguns erros que o falso, e fantastico nome de profecias, ou vaticínios, se divulgaram e espalharam ao presente, aonde com toda a brevidade, e clareza se mostra sua insubsistência e falsidade* (Lisboa, 1756).

¹¹ Mas este jesuíta não foi a única voz que aproveitou este desastre para acusar os “excessos” da corte à luz de uma proposta de interpretação moralista do terramoto. Também o fizeram outros incisivamente como foi o caso de Mendo Nicolau nas suas oitavas sobre este acontecimento –

*Estava Lisboa em vícios submergida,
Sem se lembrar, que exemplo dar devia
De virtudes cristãs, de santa vida
A todo o Portugal, já que o regia.
A desordem da corte era seguida
Do desmancho de toda a Monarquia;
Pois sempre foram os povos de tal sorte,
Que não buscam o bem, mas o da corte.*

– que colocam ainda colocam ainda em contraste a santidade e as leis justas que fizeram a glória de Portugal no passado, especialmente na época áurea dos Descobrimentos com o que no presente se verificava. Cf. Nicolau Mendo, *Oitavas ao terramoto, e mais calamidades que padeceo a cidade de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755* (Lisboa, 1756), estrofes III e IX.

que se tentava restabelecer depois da grande perturbação social que o terramoto tinha causado. Receoso de tumultos e de conspirações, o rei ordenou o desterro do Pe. Gabriel Malagrida, que Pombal apelidava de tresloucado, da capital lisboeta para a cidade de Setúbal.¹² O que não deixou de constituir um sério aviso aos jesuítas e uma tentativa de calar as vozes incómodas, isto é, as forças oponentes da política em curso, vozes de oposição que eram figuradas como prejudiciais aos interesses do reino e atentadoras contra a autoridade real.¹³

Mas a atitude crescentemente antijesuítica iria acentuar-se em catadupa e iria constituir-se como a chave de leitura negativa para explicar todos os fenómenos de oposição à política reformista do Estado.

12 Cf. “Denúncias do Padre Malagrida”. In: APPCJ, *História antiga* (pastas 614, n. 10). Veja-se também *Anedoctas do Ministério do Marquez de Pombal e Conde de Oeiras Sebastião José de Carvalho, sobre o reinado de D. José I Rei de Portugal. Traduzidas da nova edição franceza, revista e verificada pelas ordens emanadas do throno, por outras peças justificativas e pelo testemunho d’auctores imparciaes*, Tomo I (Porto, 1852), pp. 27-8. O pretexto da expulsão deste famoso jesuíta da capital portuguesa foi a divulgação do folheto sobre o terramoto, mas a figura e atuação de Malagrida já vinham representando um estorvo que causava preocupação a Sebastião José não só pela sua influência entre os estratos sociais mais elevados, através dos Exercícios Espirituais, mas, mais do que isso, pela sua intenção e grande empenho em tentar convencer o rei e a família real a fazerem também os ditos exercícios de Santo Inácio sob a sua direção. O conteúdo crítico do opúsculo constituiu uma boa oportunidade que o secretário de Estado não deixou de aproveitar para afastá-lo para longe da corte e assim livrar-se da ascendência de um jesuíta (muito comprometido com os interesses dos jesuítas brasileiros) que, pelo seu prestígio, poderia emperrar o curso da política regalista e estatizante de Pombal. Ainda para mais receios, após o sismo, o rei tinha também recuado em relação à sua decisão de desterrar os jesuítas Pe. Bento da Fonseca e Pe. Ballester. Cf. D. Miguel Sotto-Maior, *O Marquês de Pombal: Exame e história crítica da sua administração* (Porto, 1906), p. 39 e ss.

13 Na sequência do terramoto de 1755 Pombal teria começado a ganhar de forma decisiva a confiança extraordinária da parte do rei e a preponderância na equipa governativa. O nobre italiano Giuseppe Gorani, que viveu em Portugal entre 1765 e 1767 e que conviveu intimamente com Pombal narra assim a forma como o terramoto foi o mal que trouxe o bem a Carvalho e Melo, isto é, a sua ascensão plena na cena política portuguesa: “Esta presença de espírito, que em tudo lhe assistia, revelou-se retumbantemente por ocasião do primeiro de Novembro de 1755. Sebastião José de Carvalho e Melo foi, neste dia, o único que se lembrou que existia um Rei, uma Família Real, uma corte, um Reino a salvar e uma capital a defender dos mais horríveis flagelos. Foi o único a apresentar-se ao rei quando este monarca, de joelhos aos pés de seu irmão, o Infante D. Pedro, lhe pedia para aceitar a Coroa, cujo peso era excessivo para si, ao que o Infante, prostrando-se igualmente aos pés do Monarca lhe respondia, suplicando-lhes também que continuasse a cingir uma coroa que muito menos fora feita para ele. Foi neste entretanto, quando os príncipes estavam abandonados de todos os cortesãos, que Carvalho lhes apareceu como um anjo tutelar, deparando com eles em semelhante atitude. Este ministro possuía indubitavelmente o dom da palavra, porque sem este dom como aspirar às grandezas que aspirou? As circunstâncias redobram-lhe a eloquência. Serenou o Monarca, consolou-o, persuadiu-o que o desastre não era tão grande como Sua Majestade Fidelíssima parecia crer [...]. Ao mesmo tempo foi-lhe indicando os múltiplos meios de subtrair a capital a novas desgraças e restaurar o Reino; pormenorizou os recursos da sua Monarquia, dissipou-lhe o terror e restituiu-lhe ao espírito a calma que havia perdido. O Monarca abraçou Carvalho, prodigalizou-lhe expressões de reconhecimento e disse-lhe que se continuava no trono era em atenção à amizade que lhe tinha. Entregou-lhe o selo real, com o poder mais absoluto e a mais ilimitada faculdade de dispor tudo como melhor julgasse convir ao bem da sua pessoa, do seu Reino, da família e dos seus povos. Foi assim que Sebastião José de Carvalho ficou investido do supremo poder”. Giuseppe Gorani, *Portugal. A corte e o país nos anos de 1765 a 1767* (Lisboa, 1992), pp. 118-9. Independentemente dos pormenores deste curioso relato serem fidedignos ou não, o que é certo é que o espírito de iniciativa revelado pelo ministro em resolver os problemas dramáticos advindos com o terramoto, fez dele o líder do governo josefino. Logo no ano a seguir, a 6 de maio de 1756 passa a acumular o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros com o de ministro dos Negócios do Reino, o que significa a ampliação da importância e de espaço de manobra no âmbito do governo, nomeadamente para intervir plenamente nos assuntos internos. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal*, op. cit., p. 69 e ss.; Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, Tomo XVI (Lisboa, 1909), pp. 139 e ss.; e Luís Augusto França, *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura Pombalina* (Lisboa, 1981).

Por exemplo, três anos depois numa *Instrução* (já carregada com a força da tonalidade antijesuítica do mito de *complot* que vai caracterizar os documentos produzidos contra a Companhia de Jesus sob a supervisão de Pombal) dirigida pela Coroa portuguesa ao embaixador em Roma, Francisco de Almada de Mendonça, a 10 de fevereiro de 1758, a rebelião do Porto era imputada exclusivamente às intrigas dos padres de Santo Inácio, apesar da sentença proferida no ano anterior não ter chegado a essa conclusão:

Trabalhando naquela cidade os referidos Padres para malquistarem El-Rei nosso senhor e o seu feliz governo e fiel ministério com aqueles vassallos, pela repetição de todas as imputações e imposturas que espalhavam pelo reino e fora dele; fazendo passar à credulidade dos pequenos e pusilânimes a insigne falsidade de que os vinhos da dita Companhia não eram capazes do sacrifício da missa; extraíndo do seu arquivo, para passar ao conhecimento dos mal intencionados e pior instruídos, a relação do motim que houvera na dita cidade no ano de 1661 com as vozes de que, tendo principiado por mulheres e rapazes, ficaria, como ficou, sem castigo: assinando com as referidas sugestões alguns outros eclesiásticos, em cuja leveza acharam capacidades para as imprimirem.¹⁴

Esta constituição dos jesuítas como os mentores de fundo dos motins do Porto deveu-se alegadamente ao facto de constar nos seus arquivos uma memória de uma outra rebelião ocorrida na mesma cidade no século anterior. Ter-se-ia concluído que os jesuítas se teriam inspirado nessa relação para fazer despoletar o levantamento popular de 1757 contra a Companhia Real dos Vinhos do Porto, utilizando mulheres e adolescentes para instigarem os motins, esperando que, devido à sua condição, ficassem sem punição severa.

Na mesma instrução diplomática, forneciam-se orientações ao embaixador português em Roma para apresentar as queixas portuguesas junto da Cúria Romana contra os jesuítas. Este documento representa o desencadear de uma longa ofensiva diplomática de desacreditação dos padres da Companhia a nível internacional. Faz-se aqui uma espécie de relatório antijesuítico das obstruções congeminadas pelos missionários

¹⁴ *Collecção dos Negócios de Roma*, op. cit., Parte I, p. 46.

brasileiros contra a execução do Tratado de Madrid e contra as reformas administrativas ditadas pela administração pombalina para aquela colônia. Dá-se conta pormenorizada dos abusos praticados pelos pregadores jesuítas no exercício do seu múnus parenético para intervir criticamente contra a política real, atitude considerada subversiva. E acrescenta-se:

Por outra parte, oferecendo a calamidade do terramoto um novo e tristíssimo teatro aos ditos religiosos, para representarem neles os papéis que melhor lhes servissem para os seus fins, não inventou a fertilíssima malícia de Nicolau Maquiavel diabrura política, que eles não pusessem por obra; já fingindo profecias e ameaçando subversões e dilúvios de fogos subterrâneos e de águas do mar; já fazendo encher por si e pelos seus sequazes com papéis públicos a Europa de novos desastres, extremas misérias e pavorosos horrores, que nunca haviam existido; já simulando pecados públicos e escandalosos, falsamente supostos no século da mais regulada e exemplar reforma da Corte e do Reino, que Portugal viu desde a primeira época da sua fundação até aos nossos dias; já passando ao incrível das referidas falsidades e de as fazerem pôr sacrilegamente na real presença de Sua Majestade com o objeto de lhe consternarem aquele grande ânimo, cuja serenidade Deus havia criado inflexível e superior a todas aquelas malignas impressões, por incomparável felicidade nossa [...]; e já enfim reservando-se a si os referidos Religiosos Jesuítas [...] para confirmarem depois quantas imposturas estes haviam avançado, não só no interior do Paço, mas nos santuários mais recatados e mais sagrados deles; de sorte que, se a compreensão e a constância do dito senhor pudessem ser vencíveis, não só haveria padecido o reino as maiores ruínas, mas entre elas se veria acabado o real e supremo poder, saindo daquela confusão incontestável o premeditado império jesuítico.¹⁵

Sabemos qual foi o desfecho material da cada vez mais sistemática política antijesuíta pombalina. A Companhia de Jesus será cada vez mais envolvida em problemas que punham em causa o ideário de

¹⁵ Ibid., pp. 45-6. Nesta Instrução-relatório também é recordada a iniciativa dos chamados frades barbadi-nhos, que eram dois influentes capuchinhos italianos, frei Iluminado e frei Clemente, que depois do terramoto em conluio com o mercador Martinho Nalho Oldemberg tentaram desacreditar Sebastião José perante o rei e fazê-lo réu da calamidade pública que se tinha abatido sobre Lisboa. Esta iniciativa de dois eclesiás-ticos e um comerciante de origem estrangeira que terminou na prisão dos conjurados, condenados de cons-piração sem qualquer implicação dos jesuítas, é agora incluída nesta Instrução como mais uma das acções malélicas da Companhia de Jesus intentatórias contra o poder do Estado. Cf. Ibid., p. 46.

reforço da autoridade do Estado Absoluto, tendo por ápice o alegado envolvimento moral no atentado em Rei D. José I a 3 de setembro de 1758. Consequentemente, os jesuítas são expulsos no ano seguinte de Portugal e de todos os seus territórios ultramarinos. Foi, portanto, um acontecimento sísmico com poderosas ondas de choque que provocou a expulsão sucessiva da Companhia de Jesus de França, Espanha, Parma e Nápoles até à sua extinção universal pelo Papa Clemente XIV em 1773.

Para tornar mais eficazes dentro e fora do país as ondas de choque das medidas políticas de proibição da atuação dos jesuítas em Portugal, o Marquês de Pombal fez um forte investimento na tradução de obras antijesuíticas em língua estrangeira para a língua portuguesa e de língua portuguesa em línguas estrangeiras, sendo que a versão original de algumas delas já tinha sido patrocinada pelo próprio Pombal. Com esta ação holística na frente externa, sem esquecer a frente interna, o primeiro-ministro de D. José pretendia mostrar ao país que não estava sozinho nesta luta contra a Companhia de Jesus, buscando assim uma espécie de legitimação externa para as suas campanhas internas; pretendeu mostrar aos portugueses que tinha do seu lado a Europa iluminada e que a sua campanha se inseria numa luta levada a cabo internacionalmente, como exigência de bom senso gritada pelos mais sábios homens da cultura e da política.

Bom exemplo disso mesmo foi, no início da segunda década do consulado pombalino, a tradução diretamente do original francês uma obra que podemos considerar uma enciclopédia antológica condensada de doutrinação antijesuítica, com o sugestivo título, deduzido do original na versão portuguesa, de *Retrato feito ao natural pelos mais sábios e mais ilustres católicos*. Esta titulação é já indiciadora do intento que lhe subjaz: enquadrar, fundamentar e legitimar o combate e a propaganda mitificante dos jesuítas no presente, com a recolha da mais prestigiada tradição antijesuítica (classificada sob o signo de católica) anterior, consubstanciada em pareceres de figuras e entidades importantes do catolicismo internacional.¹⁶

¹⁶ O título do original francês desta obra publicada anonimamente é este: *Jugement porté sur les Jésuites par les grands hommes de l'Église et de l'État. Ou portrait des Jésuites fait d'après nature par les plus illustres catholiques, depuis l'an 1540, époque de leur établissement, jusqu'en l'année 1650. C'est à dire avant les disputes qui sont élevées sur le livre de Jansenius* (Lisboa, 1761). Apesar de ter sido publicada sem referência do compilador, sabe-se que o autor desta antologia foi o jansenista francês Pierre Olivier Pinault, um dos assalariados de Pombal na confeção da sua campanha antijesuítica e um dos responsáveis pelas traduções de peças documentais pombalinas em língua francesa; cf. Pierre M. Conlon, *Le Siècle des Lumières: Bibliographie chronologique*, n. 61 (Genève, 1984). Portanto, estamos diante de uma obra produzida original-

Com efeito, esta obra compila diferentes passagens de relatórios e pareceres, invetivas polémicas, tratados, panfletos, histórias, requisitórios produzidos por personalidades de particular ênfase do universo eclesiástico, mas também da esfera política e judicial, unidas pela mesma causa comum: a luta contra a ordem de Santo Inácio, alegadamente com o pio intento de salvar das suas malignidades a Igreja e as sociedades cristãs. Publicada no ano da hecatombe espetacular do jesuíta Malagrida em Lisboa (simbolizando a fogueira que o queimou e a destruição de toda a Companhia de Jesus), esta obra antológica visava inculcar a ideia de que as críticas severas aos jesuítas os tinham acompanhado internacionalmente desde os tempos primordiais da sua criação enquanto ordem, e de que as polémicas contra estes religiosos não tinham começado recentemente (como queriam, alegadamente, fazer parecer os padres da Companhia), com os ataques dos jansenistas mais conhecidos. Com esta retrotração no tempo da origem do movimento antijesuíta, pretende-se, no fundo, creditar a seriedade dos fundamentos da campanha antijesuítica levada a cabo pelo governo português com a antiguidade e importância dos autores da tradição de combate à Companhia de Jesus.

No “Aviso ao leitor” consignado pelo promotor da tradução portuguesa, adverte-se que

trabalham os Jesuítas por fazer crer aos seus apaixonados que a sublevação atual de todas as nações da Europa contra eles é causada por aqueles a que eles chamam jansenistas. Nunca houve ninguém antes destes (dizem os Jesuítas) exceto os hereges, ou homens suspeitos de heresias que se levantassem contra nós. Aqui se lhes oferece com que os confundir. É o retrato feito ao natural por homens os mais responsáveis que houve na Igreja Católica em o primeiro século da sua Companhia. Entre eles vemos um papa, cardeais, ilustres e santos prelados, o clero da Igreja galicana junto em um corpo, as mais ilustres faculdades de Teologia, as mais sábias universidades da Europa, os mais augustos tribunais, magistrados os mais incorruptos, missionários santos, embaixadores, povos inteiros de católicos. Todas estas graves

mente em língua francesa, mas patrocinada por Pombal. Esta obra também conheceu três edições em língua castelhana: *Retrato de los Jesuítas, Formado al natural* [...], em Madrid, 1768; *Ibid.*, em Barcelona, 1770; e *Terceira parte del retrato de los Jesuitas, en la que se manifiestan los principales vicios de su instituto, constitutiones, moral y politica, con testimonios tan inegables como sus principales escritores, y articulos fundamentales de sus estatutos* [...], em Madrid, 1771.

e respeitáveis testemunhas viveram antes que no mundo houvesse questão de Jansenio. Todos acusam a Companhia, todos deram provas das suas acusações, todos enfim falaram dos erros, das impiedades, dos enganamentos e outros defeitos dos Jesuítas com infinita força, mais do que fizeram os jansenistas.¹⁷

Os extratos de textos antijesuíticos reunidos nesta antologia – muitos dos quais ganham aqui mais força por estarem descontextualizados das circunstâncias conjunturais em que foram produzidos – fornecem ao leitor não avisado axiomas indubitáveis, que lhe imprimem um sentimento de repúdio contra a Companhia de Jesus.

Pergunta e responde o tradutor: “Que lhe arguem eles? Crimes, excessos, desvios tão evidentes, como o sol”.¹⁸ Este é, com efeito, um catálogo desenvolvido e documentado para fabricar uma quadratura obscura da Companhia de Jesus. A obra começa pelas diatribes do bispo Melchior Cano, apresentado como “um dos mais santos e mais sábios teólogos do seu século”.¹⁹ É escolhida para abertura do livro a opinião deste dominicano que olhava os jesuítas como sendo os terríveis precursores do Anticristo profetizados no Apocalipse:

Dizia este ilustre e religioso prelado, que esta Companhia levaria à Igreja males sem número; que era uma sociedade anticristã, Companhia dos precursores do Anticristo que não podia duvidar de aparecer brevemente; pois começaram a aparecer os seus precursores e os seus emissários.²⁰

Nesta antologia, de 244 páginas, que opera a demonização da índole, dos princípios e da ação dos jesuítas com a assinatura de autoridades católicas de renome, rememorando as mais duras polémicas antijesuíticas, pontificam autores franceses como Arnaud e Pasquier, os tribunais e magistrados de França, assim como a Universidade de Paris

¹⁷ *Retrato dos Jesuítas feito ao natural pelos mais sábios e mais ilustres católicos: Ou juízo feito acerca dos Jesuítas pelos maiores, e mais esclarecidos homens da Igreja e do Estado: Desde o anno de 1540, em que foi a sua fundação, até ao anno de 1650 antes das disputas, que se levantaram a respeito do livro de Jansenio.* Lisboa, 1761, texto introdutório não paginado.

¹⁸ *Ibid.*. Na margem da mancha textual do livro, aparece em forma de tópicos a síntese das invetivas antijesuíticas desenvolvidas nos respetivos parágrafos, de modo a permitir uma visualização e assimilação rápida do seu conteúdo e da mensagem que pretende inculcar.

¹⁹ *Ibid.*, p. 1.

²⁰ *Ibid.*.

e a sua prestigiada Faculdade de Teologia. Tudo é orientado para provar a tese apocalíptica colocada na boca de Melchior Cano à entrada da obra, segundo a qual os jesuítas eram uma ordem finimundista, isto é, a encarnação das entidades diabólicas que iriam preparar o caminho para a vinda do Anticristo, bem como dos tremendos cataclismos naturais e morais que haviam de preceder a Parusia, e que estavam profetizados nos textos sagrados e pelos profetas cristãos.

Este *Retrato* feito ao natural encerra no mesmo tom escatológico da abertura. Citando o padre capuchinho Valeriano Magno, aplica aos jesuítas as profecias cheias de simbolismo de dois padres da Igreja primitiva sobre o fim dos tempos: uma de São Gregório Magno, que profetiza a chegada de temerários sacerdotes que construíram o reino final do orgulho –

O rei da soberba está a aparecer; e não é lícito dizê-lo; o exército que para se servir, é um exército de sacerdotes; porque já combatem em defesa do reino do orgulho, tendo sido estabelecidos para ensinar os caminhos da humildade²¹

– e remata com a profecia de Santo Ireneu, que pretende identificar a Companhia de Jesus com a besta profetizada no Livro do Apocalipse, segundo o qual esta, antes do juízo final, espalharia o engano e legitimaria a prática generalizada do mal no mundo: “Na besta que deve aparecer no fim dos tempos, há de estar recopilada, unida e junta toda a iniquidade e todo o engano e toda a eficácia e força da apostasia”.²²

É interessante notar que a seguir ao introito deste documento antijesuítico aparecem os textos dos censores do Santo Ofício e do Desembargo do Paço que licenciam a publicação desta obra. Estes textos de licenciamento alinham, linearmente, também no reforço da doutrinação antijesuítica que pretendem creditar com a autoridade da instituição de censura livresca que representam.

Significativo é o texto aprovatório do primeiro censor da Inquisição assinado por frei João Baptista de São Caetano, que era religioso beneditino. Ao relevar a importância informativa, pedagógica e profiláctica deste livro, ele advoga que a causa moral do terramoto de

21 Ibid., p. 254.

22 Ibid., p. 255.

1755 que destruiu Lisboa foi a Companhia de Jesus, os seus princípios erróneos e as suas ações depravadas. Este terramoto teria sido o símbolo de um terramoto maior que tinha abalado e arruinado ao longo dos últimos dois séculos a alma da nação portuguesa. A ação dos jesuítas em Portugal teria assim sido esse sismo maior e mais devastador com que estes religiosos pretenderam subverter “todo o reino e toda a monarquia”.²³ Ora, este livro destinava-se, nas palavras deste censor da Ordem de São Bento, a revelar ao país a origem do mal que o vergou. Em concertação com o programa propagandístico governamental, a Inquisição então já dirigida por homens da confiança de Pombal, cooperava na construção de uma imagiologia diabólica da Companhia de Jesus. Assim, esta imagiologia era creditada pela mais alta instituição que tinha a seu cargo a salvaguarda da ortodoxia e o controlo da verdade.

Esta antologia de diatribes era editada na sequência da publicação no ano anterior de uma espécie manual antijesuítico de pedagogia e “prevenção” política traduzido do italiano com o título *Instrução a príncipes sobre a política dos Padres Jesuítas*. No “Discurso preliminar” desta obra promovida pela rede internacional antijesuítica montada pelo ministro português, o impressor informa que este livro tinha sido editado de forma anónima, relevando a sua urgente utilidade, dado que a corte portuguesa “nestes últimos tempos tem sido horroroso teatro das ideias mais ímpias da Companhia chamada de Jesus”.²⁴ Com efeito, a partir da expulsão dos jesuítas de Portugal o governo português esforçou-se por significar à Europa que a Companhia de Jesus era vulnerável e poderia ser exterminada. Neste sentido, procura demonstrar a urgência dos poderes europeus se unirem para ferir de morte o poder transnacional que os jesuítas representavam.

A experiência do passado e a fama da imagiologia mítica internacional dos jesuítas, que Pombal conhecia bem e que ajudou a maximizar paroxisticamente, aconselhavam-no a precaver-se dos seus mais acutilantes críticos e opositores. Para cortar cerce a sua influência, ele não esteve com meias medidas, e optou pelo processo propagandístico da mitificação e pela tomada de medidas radicais de eliminação do obstáculo poderoso que se estava a levantar à sua política. A Companhia de Jesus, na sua crítica à política pombalina, convergia no sentido dos interesses

²³ “Licença do Santo Ofício”. In: *ibid.*, não paginada.

²⁴ *Instrução a príncipes sobre a política dos Padres Jesuítas, ilustrada com largas notas*. Lisboa, 1760, “discurso preliminar”, não paginado.

da alta nobreza descontente com a concentração do poder do Estado nas mãos de um pequeno fidalgo. Certamente, se Carvalho e Melo não domesticasse a nobreza e não calasse os jesuítas, a deriva do absolutismo pombalino não teria sido a mesma, e talvez este poderoso ministro não tivesse resistido tanto tempo à frente do governo do país. O terramoto de Lisboa tornou-se o epicentro de partida para dar a Carvalho e Melo as prerrogativas políticas para executar sem rebuços o seu programa político. O método do massacre usado contra os seus grandes opositores gerou “terramotos” maiores na sociedade portuguesa de que o terramoto físico de 1755 foi uma espécie de metáfora e profecia. As ondas de choque representadas nas mudanças então operadas marcaram tendências que nos ajudam a perceber os impactos na longa duração das reformas políticas do Marquês de Pombal.²⁵

JOSÉ EDUARDO FRANCO é historiador e investigador-coordenador da Universidade Aberta e titular da Cátedra Infante Dom Henrique de Estudos Insulares Atlânticos e da Globalização (Universidade Aberta/ Polo do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Dirigiu, com Pedro Calafete, o projeto luso-brasileiro “Vieira Global”, que resultou na publicação da *Obra completa do Padre António Vieira*, em trinta volumes. Da sua vasta bibliografia destacam-se *O mito dos jesuítas em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XX*, 2 v. (Lisboa: Gradiva, 2006-2007); *A Europa ao espelho de Portugal: Ideia(s) de Europa na cultura portuguesa* (Lisboa: Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2020). Atualmente, prepara um *Dicionário do Padre António Vieira* e a edição crítica da *Obra completa* do Marquês de Pombal.

²⁵ Este artigo retoma trabalho do autor para a sua tese de doutoramento: José Eduardo Franco, *O mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI-XX)*. 2 v.. Lisboa: Gradiva, 2006-2007.